NOVEMBRO DE 2007 • ANO XX • Nº 791 • SEG 5 • TER 6 • QUA 7 • QUI 8 • SEX 9 • SÁB 10 • DOM 11 • sintufrj.org.br • sintufrj@sintufrj.org.br

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

FASUBRA CUT

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

AÇÕES JUDICIAIS É PAUTA DE ASSEMBLÉIA

Será às 14h de terça-feira, 13 de novembro, no Quinhentão, com a presença do assessor jurídico. *PÁGINA 3*

Sindicato estuda preços menores para plano de saúde

Veja as propostas em exame. Conclusão de estudo será apresentado na próxima semana. *PÁGINA 3*

O futuro dos HUs

Seminário, com a participação do ministro da Educação e reitores, discutiu a ameaça de implantação das fundações estatais de direito privado. *PÁGINA 5*

UFRJ perde Paulão

José Paulo de Oliveira, ou melhor, Paulão, como era "nacionalmente" conhecido (como ele gostava brincar com os amigos), morreu na manhã de quinta-feira, 1º de novembro. Paulão entrou para a história do movimento sindical da universidade. *PÁGINA 9*

Servidores: festa dia 9

Com apoio do SINTUFRJ, Reitoria organizou festa dos servidores. *PÁGINA 6*

FORMAÇÃO

Curso esta semana

Nos dias 7, 8 e 9 de novembro será realizado o curso organizado pela Central para o SINTUFRJ que discutirá o processo de fragmentação, divisão e contradições que atinge o movimento sindical. Inscrições abertas na sede e subsedes do Sindicato, das 9h às 17h, e no site do SINTUFRJ, até esta terça-feira, dia 6. *PÁGINA 8*

MOVIMENTO ESTUDANTIL

DCE: Chapa 2 leva

A Chapa 2, de oposição à atual gestão do DCE Mário Prata, venceu as eleições que ocorreram entre os dias 29 e 31 de outubro. A eleição contou com o maior quórum da história da Universidade: mais de 8 mil votantes. Só a Chapa 2, ligada ao PSTU e PSOL, teve mais de 4.800 votos, vencendo com ampla vantagem a Chapa 1 – da situação, ligada ao PCdoB e PT –, que recebeu 1.700 votos. O terceiro lugar ficou com a Chapa 3, ligada ao Coletivo Marxista, que recebeu 631 votos. Um plebiscito indicou que os estudantes querem composição proporcional na direção da entidade.

DATA

Medicina: 199 anos

Nesta segunda-feira, 5 de novembro, a Faculdade de Medicina da UFRJ comemora seus 199 anos de fundação. A sessão solene para marcar a data, com a presença do reitor Aloísio Teixeira, será às 10h30 no Quinhentão. Trata-se de instituição centenária, vinculada à história do país.

ORGANIZAÇÃO

9º Congresso para fortalecer a luta

A data-limite para entrega de teses ao 9º CONSINTUFRJ – por decisão das forças políticas representadas no SINTUFRJ – foi prorrogada para o dia 21, quarta-feira. As teses serão publicadas na edição do Jornal do SINTUFRJ que circula a partir do dia 26.

Todos devem estar atentos às datas das reuniões nos locais de trabalho preparatórias do próximo Congresso do SINTUFRJ, que será realizado dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro. Já há unidades com delegados definidos e diversas reuniões estão agendadas para novembro (veja o quadro ao lado). Mas muitas foram remarcadas, e é preciso que a categoria esteja lá.

Participar destes fóruns em que a direção está presente nos locais de trabalho é fortalecer o Sindicato. Mas a diretoria alerta para a pouca mobilização até então. Veja bem: a categoria pode, nestas oportunidades, tirar dúvidas, passar informes e discutir o papel e importância do Sindicato. Ou seja, a diretoria está fazendo a sua parte. Mas muitos preferem se ausentar. Não deixe que isto aconteça: participe e incentive a participação dos colegas no local de trabalho.

Os rumos da luta

No 9º CONSINTUFRJ estarão em pauta temas que dizem respeito às lutas da entidade para o próximo período, como análise de conjuntura, Carreira, educação e saúde, organização sindical, prestação de contas e alteração estatutária. Nunca é demais lembrar que o Congresso é a instância máxima de deliberação do Sindicato. Entre suas atribuições está definir plano de ação, metas e decidir sobre modificações no estatuto da entidade, quando o ponto constar da pauta, como neste ano. O 9º Congresso também elege o Conselho Fiscal.

As próximas reuniões, já agendadas, são:

5/11	COPPE	10h às 12h	Sala G-122
5/11	Instituto de Biofísica	15h às 16h	Sala G-09
5/11	Decania do CLA e Biblioteca	11h	Sala da Manutenção
6/11	Decania do CCJE e Biblioteca	10h às 12h	Sala 106
6/11	Colégio de Aplicação	11h às 13h	Auditório
6/11	Creche Universitária	13h às 15h	Sala de Convivência
6/11	HESFA	11h30	Auditório
7/11	HUCFF (DEN, DAA, DSC, DMD E CAE)	10h às 12h	Sala 5E36
7/11	IFCS	11h	Sala 107
8/11	Decania do CFCH e Biblioteca	10h às 12h	Aud. da Decania – 2º andar
8/11	Instituto de Neurologia	10h às 12h	Sala de reuniões – 3º andar
8/11	Decania do CT e Biblioteca	10h às 12h	Salão Nobre
8/11	IMA	13h às 15h	Sala 2
8/11	NUTES	14h às 15h	Sala 11
8/11	Faculdade Nacional de Direito	13h às 15h	Sala 303
9/11	Divisão Gráfica	10h às 12h	Refeitório
9/11	EBA	10h às 12h	Auditório EBA - Sala 614
12/11	Faculdade de Medicina	10h às 12h	Sala 5E36
		10h às 12h	Sala da Congregação –
13/11	FAU		2º andar
14/11	Casa da Ciência	10h às 12h	Auditório
14/11	Faculdade de Letras	11h às 13h	Sala de Convívio
21/11	Forum de Ciências e Cultura e Editora	14h às 16h	Salão Moniz Aragão
27/11	Divisão de Transporte	9h	Hall da Garagem

Calendário do 9º CONSINTUFRJ

21/11 – Data-limite para a entrega do texto final da íntegra das teses ao Congresso. Por e-mail, no formato DOC. O texto pode ter até 24 mil caracteres com imagem (fotos etc.), e ocupará quatro páginas do Jornal SINTUFRJ.
6/12 – Data-limite para agendar reuniões por local de trabalho, com eleição de delegados.
10 a 13/12 – 9º CONSINTUFRJ.

Reunião dos aposentados

Na terça-feira dia 13, às 10h, os técnicos-administrativos da UFRJ aposentados se reúnem no auditório da subsede sindical do Hospital Universitário, no Fundão, para eleger seus delegados ao 9º Congresso do SINTUFRJ.

Também discutirão sobre a ação judicial contra o desconto da Previdência Social. Ao final da reunião os aposentados se dirigirão para a assembléia geral da categoria, no Quinhentão, que vai discutir ações judiciais.

Informe da DVST

A coordenadora do Programa de Vacinação da DVST, Maira Fontanelli Cunha, informa que de 5 a 9 de novembro serão suspensas as aplicações de vacinas. Motivo: nesse período a equipe estará participando do UFRJ Mar. Dúvidas, contatar Maira pelo telefone 8864-6228 ou Vera Lúcia: 8836-6726.

Zezé Barcelos

A música "A Grande Dama", da ex-diretora do SINTUFRJ Zezé Barcelos, foi classificada para as eliminatórias do V Festival do Cepe-Fundão. A letra da canção é uma homenagem à grande dama do samba, Dona Ivone Lara, da qual Zezé é admiradora.

Foto: Divulgação

Vigilância: frota reforçada

O reitor Aloísio Teixeira e o prefeito Hélio de Mattos entregaram à Divisão de Segurança mais três viaturas para ampliar a frota do setor. De acordo com com Leandro Buarque, diretor da Divisão, com os novos veículos o trabalho de ronda no campus do Fundão – realizado entre as 7h e 23h – será fortalecido. O telefone para chamados de emergência da Vigilância é 2598-1900.

JORNAL DO SINTUFRJ – JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21944-970 - CNPJ:42126300/0001-61

Coordenação de Comunicação Sindical: Denise Francisco Góes, Jeferson Mota Salazar e Odilon Campinas Filho / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / **Edição:** L.C. Maranhão / **Reportagem**: Ana de Angelis, Lili Amaral e Regina Rocha. / **Estagiária:** Silvana Sá / **Secretária:** Katia Barbieri / **Projeto Gráfico:** Luís Fernando Couto / **Diagramação**: Luís Fernando Couto e Jamil Malafaia / **Ilustração:** André Amaral / **Fotografia:** Niko Júnior / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem**: 11 mil exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / **Correspondência:** aos cuidados da Coordenação de Comunicação. **Fax:** 21 2260-9343. Tels.: 2560-8615/2590-7209, ramais 214 e 215.

NOSSOS DIREITOS

Sindicato quer preços menores para o plano de saúde

Proposta final está em estudo e será apresentada à categoria na próxima semana

O SINTUFRJ espera apresentar na próxima semana a proposta final para o plano de saúde dos servidores da UFRJ. Na reunião entre o Sindicato, a Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) e a Caixa Assistencial Universitária do Rio de Janeiro (Caurj), dia 31 de outubro, novas tabelas foram apresentadas e o GT-Saúde fará estudos para viabilizar a melhor proposta para a categoria. No seminário sobre saúde suplementar, realizado há duas semanas entre as partes envolvidas na questão, a polêmica foi exatamente o preço da tabela apresentado pela Caurj. O Sindicato defende um plano abrangente, qualitativo e acessível do ponto de vista financeiro para todos.

Segundo o coordenador-geral do SINTUFRJ, Francisco de Assis, a Caurj apresentou três tabelas para o plano enfermaria: uma sem faixa etária e com referência na tabela do imposto de renda; outra por faixa etária e com co-participação (percentual a mais completado pelo usuário); e a terceira também com faixa etária e sem co-participação. "Já houve um avanço no sentido de quem ganhe mais pague mais e aqueles que recebem menos paguem menos; no entanto, ainda temos o problema da co-participação", explicou Francisco. Houve também uma proposta de Nilce Corrêa, do GT-Saúde, que determinaria a co-participação a partir da segunda consulta. O SINTUFRJ chegará a uma conclusão esta semana.

A PR-4 reafirmou a posição do Sindicato na defesa de um plano de saúde abrangente e acessível a todos. Segundo a PR-4, são 44 mil vidas envolvidas no plano de saúde para os servidores da UFRJ.

A discussão

O caos instalado na saúde pública vem ampliando o número de pessoas que buscam empresas privadas de plano de saúde, e junto crescem as reclamações sobre preços e qualidade. Esta questão também vem preocupando as organizações, maiores clientes das empresas de assistência médica e seguro saúde. E os sindicatos, como no caso do SINTUFRJ, não estão à margem desta problemática. O convênio com empresas privadas é uma discussão antiga no movimento.

Com a recente conquista pela greve dos técnicos-administrativos em educação das universidades (TAEs), qual seja, o auxílio-saúde, a implantação e o gerenciamento de um plano de saúde específico para os servidores da UFRJ vêm sendo construídos entre SINTUFRJ, Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) e Caixa Assistencial Universitária do Rio de Janeiro (Caurj). A diferenciação entre os planos de empresas privadas é a grande referência, por isso foi batido o martelo pela opção da autogestão.

Foto: Raquel Nunes

SEMINÁRIO. Em 25 de outubro, fórmulas foram discutidas para implantação do plano

Veja as opções em estudo

O a proposta apresentada inclui três tabelas opicionais para o servidor, já incluído odontologia

1 – Uma tabela sem faixa etária em que a contribuição do servidor será a partir da faxia salarial – que serve hoje de base de cálculo para fins de imposto de renda.

2 – Outra tabela por faixa estaria com co-participação.

3 – Outra tabela por faixa etária e sem co-participação

Saiba o que é autogestão

É o gerenciamento de planos de saúde pelas empresas com participação de seus usuários, no nosso caso a UFRJ, o SINTUFRJ e seus servidores. De acordo com a Associação Brasileira dos Serviços Assistenciais de Saúde Próprios de Empresas (Abraspe), uma das vantagens da autogestão é que as empresas que adotam este modelo são livres para decidir o formato e o funcionamento do seu plano de saúde de acordo com suas necessidades e de seus funcionários. No nosso caso, serão os servidores que tomarão as decisões sobre o seu plano de saúde.

O retorno é de um serviço com qualidade, redução de custos de operação e fortalecimento da imagem institucional. Além disso, as decisões sobre credenciamento da rede, valores a serem descontados em folha e abrangência das coberturas são normalmente decididos conjuntamente entre a empresa e funcionários, eliminando assim o lucro excessivo.

O GT-Saúde do SINTUFRJ defende também um plano que garanta atendimento de urgência e emergência nacional; postos de atendimento próximos ao local de trabalho e rede credenciada próxima à residência do usuário. Políticas de prevenção à saúde do trabalhador, parceria com a Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST) e que o usuário do plano não seja tratado como mero consumidor também são questões fundamentais para o Sindicato.

MOVIMENTO

Assembléia para discutir ações judiciais

No dia 13 de novembro, às 14h, o SINTUFRJ vai realizar assembléia para discutir as ações judiciais coletivas do Sindicato. O assessor jurídico, André Viz, estará presente e vai informar sobre o andamento e procedimento dos 26,05% do Plano Verão (percentual e atrasados); dos 26,06% do Plano Bresser (somente atrasados, para os listados no processo judicial e filiados à Asufrj até abril/92); da URP de abril/maio/88 (somente atrasados, para os listados no processo judicial da antiga Asufrj); dos 3,17% (atrasados); e dos 28,86% (atrasados, para os que não firmaram acordo com o governo e continuam no processo judicial do SINTUFRJ). É importante o comparecimento dos envolvidos para que sejam tomadas as providências corretas. A assembléia será no auditório do Quinhentão (CCS).

Caurj convoca assembléia

O presidente do Conselho Diretor da Caixa Assistencial Universitária do Rio de Janeiro – CAURJ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 12, "c", do Estatuto da entidade, CONVOCA reunião da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CAURJ, nos termos do art. 30 do Estatuto, a se realizar no dia 12 de novembro de 2007, no Auditório da COPPE, Sala G 119 - Fundão, às 10h em 1ª convocação, com o quorum mínimo de 50% dos associados titulares ou às 10h30 em 2ª convocação, com qualquer quorum, com a seguinte PAUTA:

1 - Convênio de Adesão – Patrocínio da UFRJ para CAURJ;

2 - Eleição de membros para os Conselhos Diretor e Fiscal;

3 - Assuntos gerais.

UFRJ EM XEQUE

Congresso interno apontará caminhos do PRE na UFRJ

O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Antonio Levi, disse que muito provavelmente será num congresso interno que a UFRJ discutirá os detalhes para implantação imediata do módulo I do Plano de Reestruturação e Expansão (PRE), como também dos módulos II e III.

A proposta de realização de um congresso paritário com a participação de todos os segmentos da Universidade foi do SINTUFRJ. Desde o início o reitor Aloísio Teixeira afirmou ser simpático à idéia, e que a levaria à apreciação do Conselho Universitário.

Na avaliação de Carlos Levi, ainda não será no próximo Conselho Universitário, dia 8 de novembro, que a realização do congresso será discutida e levada à aprovação dos conselheiros. Antes disso, explicou, é preciso que o Consuni delibere sobre assuntos já pautados e de urgência, como por exemplo definição das regras do concurso para professores já autorizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Balanço do MEC

Trinta e cinco das 54 universidades federais do país já encaminharam ao Ministério da Educação (o prazo era até o dia 29 de outubro) suas propostas de Plano de Reestruturação e Expansão. A Universidade Federal Fluminense (UFF) integra a lista das instituições que não conseguiram aprovar no Conselho Universitário apoio ao projeto do governo (Reuni), em virtude de mobilizações contrárias de setores do movimento estudantil, de professores e funcionários. Como ocorreu na UFRJ, estudantes ocuparam a Reitoria da UFF, sendo que lá, por duas vezes, eles conseguiram impedir a realização das sessões do Consuni. Os opositores ao Reuni afirmam que o programa precariza o ensino nas universidades federais, pois impõe prazos para expansão de vagas sem garantir recursos suficientes. Segundo os críticos, com a implantação do Reuni a graduação seria transformada em escolão de terceiro grau, prejudicando o ensino e a pesquisa.

Nas 35 universidades, em 11 os conselhos universitários aprovaram a adesão ao programa por unanimidade: UFMT, UFBA, UFAM, UFGD, UFSJ, UFMS, UFS, UFV, FFFCMPA e UFLA. Em outras 11, na votação dos conselhos houve abstenções, sendo que na Uni-Rio, dos 75 conselheiros, 19 não votaram, 50 votaram a favor e 6 contra.

Garantiu recursos

A UFRJ, assim como as outras 34 instituições, garantiu o recebimento de verbas extras já no próximo semestre. As 19 retardatárias têm até 17 de dezembro para fazer sua adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), mas só terão parte dos recursos de R$ 174.157 milhões destinados para o próximo ano no segundo semestre.

Em síntese, o programa do Ministério da Educação é voltado para o aumento do número de vagas, redução das taxas de evasão, ampliação da mobilidade estudantil e articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica. Portanto, as propostas das instituições que foram encaminhadas dentro do 1º prazo estipulado pela Secretaria de Ensino Superior (Sesu) devem contemplar todos esses itens, principalmente o aumento do número de vagas de ingresso no ensino noturno, revisão acadêmica, diversificação das modalidades de graduação, e a articulação da educação superior com a pós-graduação e com a educação básica.

A mobilidade estudantil será garantida pela flexibilização curricular, que permitirá aos estudantes cursarem disciplinas em qualquer instituição que tenha aderido ao Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Mas o diploma será expedido pela universidade para a qual passou e está matriculado. Devem ainda intensificar o uso de tecnologias de apoio à aprendizagem e garantir a inclusão social.

Avaliação das propostas

Caberá a uma comissão da Secretaria de Ensino Superior analisar tecnicamente as propostas encaminhadas pelas universidades de acordo com a meta global do Reuni: elevar, em cinco anos, a taxa de conclusão média dos cursos presenciais para 90% e a relação de alunos de graduação em curso presenciais para 18 alunos por professor. Após a avaliação técnica, uma comissão de 76 professores e pesquisadores, fará o exame do conteúdo das propostas. As sugestões devem atender ao decreto que institui o programa.

No dia 7 de dezembro o MEC divulgará a lista das propostas aprovadas. As universidades que tiverem seus projetos reprovados terão até 12 de dezembro para apresentar recursos. A lista definitiva das instituições que terão orçamento garantido no primeiro semestre de 2008 sai em 21 de dezembro. As universidades assinarão um acordo de metas, com determinação de recursos e prazos para viabilização das propostas.

Recursos previstos

De acordo com o MEC, o total de recursos previstos, que não inclui despesas de custeio e pessoal, é de R$ 2 bilhões entre 2008 e 2011. Adicionalmente, o orçamento de custeio e pessoal aumentará gradativamente até atingir, ao final de cinco anos, 20% a mais do orçamento executado em 2007.

Previsão de acréscimo orçamentário a partir do Decreto nº 6.096/2007

Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Investimento	305.843	567.671	593.231	603.232	
Custeio/pessoal	174.147	564.247	975.707	1.445.707	1.970.205
Total	480.000	1.131.918	1.568.938	2.048.939	1.970.205

O Reuni, que foi instituído em abril de 2007, integra o rol de ações do Plano de Desenvolvimento da Educação. Conforme definição do Ministério da Educação, o programa pretende consolidar uma política de expansão da educação superior pública e dessa forma o MEC cumpre o papel a ele atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), que estabelece que pelo menos 30% dos jovens de 18 a 24 anos tenham vagas garantidas na educação superior até o fim da década.

Fasubra discute Reuni

O Grupo de Trabalho sobre Educação da Fasubra, reuniu-se dias 27 e 28 de outubro em Brasília. O objetivo foi a análise do decreto que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Ana Maria Ribeiro e Risaneide Alves representaram o GT-Educação do SINTUFRJ. Elas levaram a proposta de que a Fasubra solicite a prorrogação do prazo para adesão ao Reuni.

O grupo fez a leitura do decreto com interpretação dos artigos e, como é um organismo consultivo, indicou à diretoria da Fasubra que solicite ao MEC a prorrogação do prazo.

Na opinião da delegada Ana Maria Ribeiro, a convocação do GT aconteceu tardiamente, porque a maioria das universidades já discutiu e decidiu a respeito da adesão ao programa do governo só que nem sempre com o mesmo grau de participação da comunidade como foi na UFRJ.

O CEG de quarta-feira dia 31 – excepcionalmente no salão nobre do CT – discutiu o edital de bolsas de iniciação artística e cultural.

Creche abre processo seletivo

Já estão abertas as inscrições para admissão à Escola de Educação Infantil (EEI) da UFRJ. O prazo termina no dia 14 de novembro. Podem participar dependentes de servidores ativos da UFRJ. Estão sendo oferecidas 28 vagas, distribuídas da seguinte forma:

- Crianças entre 4 e 11 meses até março de 2008 – 10 vagas
- Crianças entre 1 ano e 1 ano e 11 meses até março de 2008 – 2 vagas
- Crianças entre 2 anos e 2 anos e 11 meses até março de 2008 – 1 vaga
- Crianças entre 3 anos e 3 anos e 11 meses até março de 2008 – 8 vagas
- Crianças entre 4 anos e 4 anos e 11 meses até março de 2008 – 3 vagas
- Crianças entre 5 anos e 5 anos e 11 meses até março de 2008 – 4 vagas.

As inscrições podem ser efetuadas das 10h às 16h na Escola de Educação Infantil – prédio do IPPMG, no Fundão – ou pelos sites da PR-4 (www.pr4.ufrj.br) e da EEI-UFRJ (www.eei.ufrj.br).

Matrícula

As vagas serão preenchidas por meio de sorteio público, que será realizado no dia 23 de novembro, a partir das 13h, na Escola de Educação Infantil. As crianças classificadas deverão ter a matrícula efetuada entre os dias 3 e 7 de dezembro, das 10h às 16h, na secretaria da escola. Os documentos para a matrícula são: cópia do cartão de vacinação atualizado; atestado médico constando que a criança está apta a freqüentar escola; duas fotos 3x4 (para crianças acima de 1 ano). O edital completo pode ser encontrado nos sites da PR-4 ou da Escola de Educação Infantil.

AMEAÇA DE PRIVATIZAÇÃO

Seminário discute fundações em HUs

Encontro, organizado pela Fasubra e pelo MEC, teve a participação de ministros e reitores

O Seminário Nacional de Hospitais Universitários, organizado pelo MEC e pela Fasubra, nos dias 29 e 30 de outubro, teve como saldo um documento conjunto que defende os princípios dessas unidades de ensino, pesquisa, extensão, formação e também de assistência. O documento ainda está em fase final de elaboração e a proposição foi feita pela Fasubra no encerramento do evento dia 30. Os dirigentes da Fasubra consideraram o seminário como positivo, com discussões de qualidade e participação ampla. Além dos representantes dos sindicatos e de reitores, gestores de saúde e profissionais da área estiveram presentes.

Logo na introdução do documento apresentado ao seminário e aos representantes do MEC, a federação é incisiva: "A solução para a crise dos Hus não passa pela sua transformação em fundação estatal de direito privado ou mudança de regime jurídico, mas sim pela compreensão dos governantes de que o hospital, mesmo sendo um espaço acadêmico, atende, em função da academia, tanto às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS/Ministério da Saúde) quanto desenvolve ciência e tecnologia. Este entendimento é de fundamental importância para que, a partir daí, se busque coletivamente, alternativas de enfrentamento e mudanças de paradigmas e dogmas no sentido de transformar a realidade atual dos hospitais universitários".

O seminário fomentou o debate sobre a concepção e o papel dos hospitais universitários, assim como a forma de financiamento; avaliou as atuais funções desenvolvidas por estas unidades acadêmicas, que, em sua maioria, têm uma predominância na assistência à saúde, inclusive com demanda reprimida do SUS; debateu a questão da privatização, através das Fundações de apoio e dos serviços terceirizados; e tratou da valorização dos seus profissionais com reposição do quadro de pessoal por meio de concurso público e controle social.

Estiveram presentes à abertura do seminário, que teve como tema "Concepção, Papel e Missão", no dia 29 de outubro, os coordenadores-gerais da Fasubra, Luiz Antônio de Araújo Silva e João Paulo Ribeiro, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e o presidente da Andifes (reitores), Arquimedes Diógenes Cilone. O evento contou também com a participação da Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino (Abrauhe) e do Andes (professores universitários), além de autoridades, da direção nacional da Fasubra, de representantes de entidades de base e da imprensa. O evento foi encerrado pela Fasubra e MEC, dia 30, com a aprovação do documento conjunto. Apesar desta demonstração de boa vontade do MEC, o ministro da Educação declarou à imprensa, na abertura do seminário, que os HUs passam por uma reestruturação e sem financiamento – leia-se a implantação das fundações – não se irá conseguir resolver a situação das universidades.

O ministro citou ainda a Emenda 29 (que vincula o aumento anual dos gastos com saúde à variação nominal do Produto Interno Bruto), em negociação no congresso. "A reestruturação é para garantir financiamento, alterando a relação com a universidade e com o SUS principalmente. Mas de forma diferente e enfrentando a questão da gestão e qual o modelo de financiamento mais adequado, para que estas duas questões estejam equacionadas", afirmou Haddad.

EM BRASÍLIA. Seminário para discutir o futuro dos hospitais universitários atraiu uma platéia atenta e preocupada com o assunto

Opinião dos dirigentes da Fasubra

"A solução não é terceirizar como está sendo feito através da PEC 92/07 que trata das fundações estatais de direito privado, enviada ao Congresso. A solução é nós discutirmos como melhorar o financiamento para atender à atividade final dos HUs, ou seja, ensino. E aí conseguiremos melhorar as condições de nossos hospitais nas universidades."

João Paulo Ribeiro

"A aprovação da carta e a assinatura conjunta foi um ganho estupendo, fomentando e divulgando nossa concepção, papel, financiamento e gestão dos HUs no sentido público. Isso é muito importante para contrapor o projeto de fundação estatal. Foi a maior conquista do debate e grande elemento para levarmos adiante nossa política."

Luiz Antônio de Araújo

"O governo diz que o projeto de fundação não é posição do MEC. Mas para nós o grande problema é que ao mesmo tempo o próprio MEC não procura caminhos, não aponta com concurso público, acaba com a carreira e propõe captar recursos de outras formas que para ele só virão com o modelo de fundação estatal de direito privado. É o mesmo discurso da Abrauhe, que não defende a fundação estatal mas se utiliza de seus mecanismos privatizantes. Mas o seminário foi uma experiência riquíssima e produziu algo."

Janine Teixeira

"Este seminário foi produto de muito esforço nosso e envolveu um leque enorme de participação, tanto de setores de parte da sociedade civil quanto daqueles mais envolvidos com a questão. Destaco a presença dos reitores, gestores dos HUs e profissionais de enfermagem das universidades. O documento conjunto foi construído pelo acúmulo dos GTs da Fasubra e relatórios das diretrizes dos HUs. O documento aprovado pelo plenário aceitou a forma como devem ser estruturados os HUs sob o nosso ponto de vista e que está explicitado no nosso projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores."

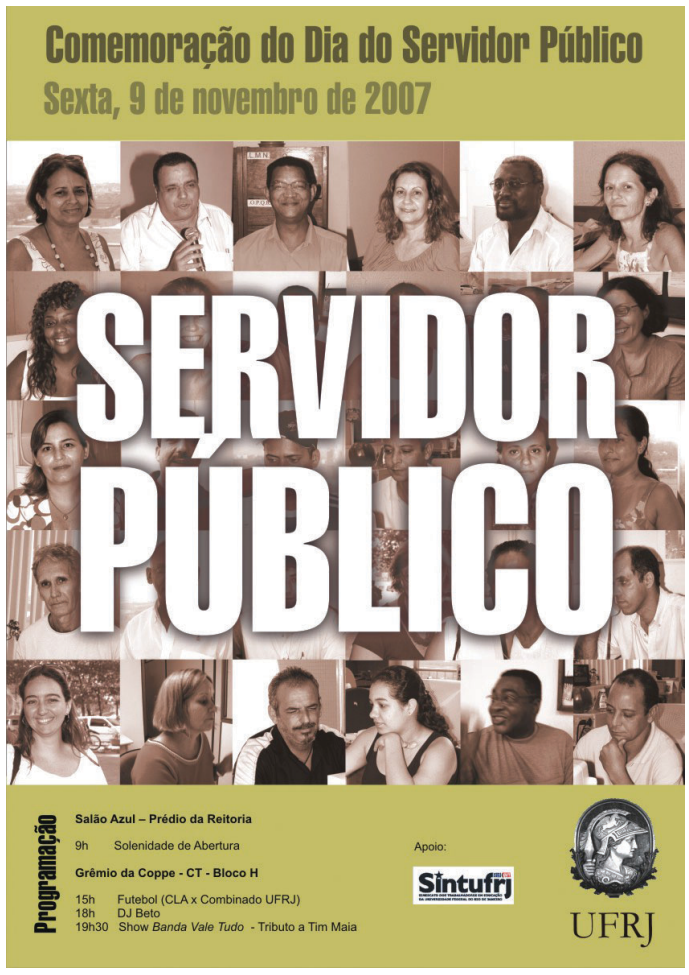
Graça Freire

DOIS PONTOS

Comemoração: Servidor Público

A Reitoria, com apoio do SINTUFRJ, organizou programação para homenagear os servidores públicos – cuja data será comemorado em 28 de outubro – nesta sexta-feira, 9 de novembro. A programação será aberta às 9h no Salão Azul. Na parte da tarde, a festa se transfere para o Grêmio da Coppe (CT, Bloco H). Às 15h, futebol (CLA x Combinado UFRJ); às 18h, o som vai ser agitado pelo DJ Beto. E às 19h30h será o show com a Banda Vale Tudo. O show: "Tributo a Tim Maia".

Neste dia, entre as atividades programadas, está previsto um jogo amistoso com os participantes do último Campeonato de Futebol dos Servidores da UFRJ. A PR-4 convida os atletas dos Combinados UFRJ I e II para participarem da partida: **COMBINADO I –** Edmilson Gomes (Pulé), Antonio Carlos de Lima, Flávio dos Santos Lafaiete, Claudionor Estevão, Guaraci Dias, Evaldo Falipe, Adriano Carlos Costa, Jorge Luiz Vieira, Erci da Silva, Robson Alves da Rocha (Robinho), Rivaldo Reis, João Bernardino, Ricardo Brito, Cláudio Rodrigues (Garça), Josiel Francisco, Ismar de Souza, Gelson Candido, Edinaldo Leocádio, João Pereira Luiz (Boro), José Neto de Oliveira (Chapéu), Orlando Diniz e José Lúcio da Silva. Comissão técnica: Joselias Fernandes Moraes e Carlos Alberto Garcez (Carlão). **COMBINADO II –** Pedro Luiz Suevo, Antonio Henrique da Silva, Jorge Pierre, Demarcos José, Antônio César de Almeida, José Henrique do Nascimento, Ricardo Jesus, Ivisson Carneiro, Huascar da Costa, Marcílio Alves, Laércio Rosignoli (Kid), Paulo César de Souza (Beri), Israel Gomes de Santana, João Carlos de Paula (Joãozinho), Cláudio Virgínio de Souza (Claudinho), Arnaldo Tertuliano (Risadinha), Washington Luiz da Silva, Jorge Henrique da Silva (Riquinho), Waldir Dias (Lalá), Manoel Rodrigues (Maneca), Oswaldo José (Zeca), Vivaldo de Souza e Wanderlei de Amorim. Comissão técnica: Jorge Luiz Carmo, Edenir Xavier e Vilton Cardoso.



POLÊMICA: DIREITO DE GREVE DO FUNCIONALISMO

STF – Regulamentação do Direito de Greve

Foto: Niko Júnior

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 9º, garantiu o direito de greve a todos os trabalhadores urbanos e rurais, definindo apenas que caberia a estes decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. Passados alguns meses da promulgação da Constituição Federal, no Governo Sarney, foi editada a Lei nº 7.783/89, que regulamentou o direito de greve para os trabalhadores do setor privado, não tendo existido ao longo dos quase vinte anos de vigência do direito consagrado pela Constituição regulamentação para os trabalhadores do serviço público.

Nas greves deflagradas pelos servidores durante este período, a falta de regulamentação, muito embora propiciasse o livre exercício do direito nos termos da lei, nunca contou com qualquer instrumento ou normatização que impedisse o cometimento de arbitrariedades pelos governos, tais como corte de ponto e supressão do pagamento, por exemplo, bem como impusesse aos governos a negociação com as categorias envolvidas, ou mecanismos para regulação dos conflitos.

No início do primeiro Governo FHC, houve apenas a edição do Decreto nº 1.480/95, de conteúdo repressivo ao exercício do direito, de nuanças visivelmente inconstitucionais, mas em vigor até a data de hoje. Há várias propostas de regulamentação do direito de greve no Congresso Nacional, mas até hoje não se viu sua definição, que certamente necessita ser fruto de muito debate legislativo, diante das peculiaridades vivenciadas pelos diversos segmentos de trabalhadores no serviço público.

A decisão do STF, proferida em uma ação judicial chamada de mandado de injunção, possibilita ao órgão máximo do Poder Judiciário suprir a omissão legislativa, estabelecendo regras temporárias para o exercício de um direito previsto na Constituição, enquanto não restar suprida a omissão legislativa. No nosso entendimento, é significativo o reconhecimento do avanço do STF, que após mais de 19 anos de vigência veio a estabelecer a extensão da norma existente para o setor privado, ampliando sua observância, naquilo que for aplicável, ao setor público.

O STF recentemente, utilizando o mesmo instrumento, já havia reconhecido a um servidor público direito em matéria igualmente carente de regulamentação. Em tais hipóteses, vemos que o Judiciário passa a utilizar tal instrumento para exigir do Legislativo o cumprimento de sua função constitucional, declarando publicamente para a sociedade que há inércia do legislador, que na mantença da lacuna da lei inviabiliza o exercício pleno de um direito constitucional.

Entretanto, é necessário que haja a definição de normatização para o exercício do direito de greve no serviço público, observando-se para tanto os meios de solucionar os conflitos de interesses existentes entre a classe trabalhadora no serviço público e a Administração Pública (Federal, Estaduais e Municipais), decorrentes da complexa relação de natureza legal, distintamente da relação contratual (CLT) existente na iniciativa privada, traduzido em mecanismos e instrumentos que possam permitir ao funcionalismo público, quando assim for necessário e de acordo com sua livre deliberação, exercitar efetivamente o direito constitucional de greve.

O QUE REPRESENTA A DECISÃO DO STF?

A decisão proferida pelo STF no mandado de injunção só produz efeitos entre as partes envolvidas, e somente a norma regulamentadora expedida pelo Congresso Nacional, que é parte no processo, terá efeito para todos. Assim, durante o período que prevalecer a omissão legislativa a regulamentação levada a efeito pelo STF deverá ser observada pelos Sindicatos que ajuizaram o mandado de injunção, mas o funcionalismo público não representado pelas entidades envolvidas, na hipótese de conflitos judiciais, certamente deverão levar em consideração que a decisão proferida será observada pelo Judiciário, que se posicionará em atenção às normas da lei de greve do setor privado que possam ser aplicáveis ao setor público.

Há várias propostas de regulamentação do direito de greve no Congresso Nacional, mas até hoje não se viu sua definição.

André Viz é advogado trabalhista e assessor jurídico do SINTUFRJ

Mathias no final do festival

Almir Mathias, da manutenção do CLA, tem mais de 50 composições inéditas e acredita que ao ir à final do 1º Festival de Música a Caminho da Fama, promovido pelo CSS Corpo de Bombeiros, sua chance de gravar um CD está bem mais próxima. Mas para chegar lá, ele precisa do apoio dos companheiros da UFRJ, por isso está convidando todos a prestigiarem sua apresentação, sábado, dia 10, a partir das 19h. O clube fica na Travessa Carlos Xavier, 96, Madureira.

Reconhecimento cubano

O professor titular do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, Roberto Segre, recebeu o título de doutor *honoris causa* do Instituto Superior Politécnico José Antonio Echeverria, de Cuba. Segre lecionou em Cuba durante 31 anos e, por conta de suas pesquisas, se tornou uma referência da arquitetura cubana em nível mundial.

DENÚNCIA

Funcionários da manutenção dividem galpão com ratos, gatos e gambás

Local, com pouca ventilação, é utilizado para guardar material de trabalho, roupas e objetos pessoais

Os funcionários da manutenção da Prefeitura Universitária, lotados na Praia Vermelha, estão trabalhando sob condições precárias. O local designado à instalação provisória dos servidores é um galpão na subsede da Prefeitura Universitária, entregue aos ratos, gatos e gambás. As roupas e ferramentas de trabalho de mais de 20 pessoas estão amontoadas em vários armários. As condições de iluminação e ventilação são péssimas. Não há circulação de ar e a temperatura no interior do galpão costuma superar o calor sentido do lado de fora. Desde setembro estão trabalhando nessa situação.

O galpão é utilizado também como local de descanso, vestiário, refeitório, além de "servir" para guardar materiais de trabalho, roupas e objetos pessoais. "Passamos por uma situação de abandono", disse um dos funcionários. São várias as denúncias de doenças contraídas no local de trabalho, como aparecimento de manchas escuras pelo corpo. Durante alguns dias os funcionários realizaram suas tarefas do lado de fora da subprefeitura, sob sol e chuva.

A crise

A subprefeita da Praia Vermelha, Cristina Fraga, pediu exoneração do cargo, segundo ela, insatisfeita com a situação. Antes de estarem instalados neste galpão, os funcionários da manutenção ocupavam a subestação de energia, que havia sido reformada recentemente. A idealizadora da obra foi Cristina. Os servidores contaram que havia um acordo entre a subprefeita e a Decania do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). Esta informação foi confirmada por Cristina Fraga e também por Agnaldo Fernandes, superintendente administrativo do CCJE.

Cristina explicou que a subprefeitura sempre realizou projetos casados. O projeto da subestação foi um deles. "Eu fiz o projeto todo do Núcleo de Estudos Internacionais, inclusive orçamento. Em contrapartida o CCJE realizaria as obras do local definitivo para que a manutenção e marcenaria se instalassem. Os servidores só desocupariam o local após a conclusão das obras. Mas não foi isso o que aconteceu. Fui surpreendida com uma ordem de que o pessoal precisava deixar o local", contou.

O CCJE

Agnaldo Fernandes, superintendente administrativo do Centro, confirmou que o projeto era casado. No entanto, ao falar com o prefeito, este disse que não havia necessidade de o CCJE fazer a reforma dos vestiários, porque já havia orçamento destinado para realizar as obras. "O CCJE é solidário à reivindicação dos servidores e vai ajudar no que for possível. De fato pedimos a chave do local, mas acreditando que o prefeito estava cumprindo a sua parte no acordo", afirmou.

Agnaldo disse não ter ingerência sobre os funcionários da Prefeitura Universitária. "O CCJE não tem responsabilidade sobre o deslocamento dos funcionários da prefeitura. Foi da Prefeitura que partiu o pedido de esvaziamento do local", afirmou Agnaldo. Ele lamentou a saída dos servidores, dizendo que com relação a isso nada mais podia fazer.

Palavra da Prefeitura

O prefeito da Cidade Universitária, Hélio de Mattos, informou que recebeu ordens para desocupar o local. "Foi uma decisão da Decania do CCJE e da Reitoria. Eu só executei", disse o prefeito. Ele disse não ter controle sobre o espaço utilizado. "A subestação não pertence à Prefeitura. Tratava-se de um local provisório", disse. Segundo ele, "na época os funcionários estavam terminando a greve e a desocupação foi feita sem traumas".

O vice-prefeito Ivan Carmo, atualmente responsável pela Praia Vermelha, informou que um novo local, ainda provisório, está sendo preparado para receber os funcionários. O espaço é cedido pela Faculdade de Educação Física, no vestiário próximo ao campo. As obras estão previstas para começar esta semana. "Eles devem permanecer na Educação Física, com boas condições para trabalhar, por pelo menos 4 meses", afirmou.

Drama dos sem-teto continua no Centro do Rio

A peregrinação das cerca de cem famílias de sem-teto do Centro de Resistência Manoel Congo parece não ter fim. Depois de despejados do que restou do extinto Cine Vitória, na Rua Senador Dantas, 45, centro da Cidade, onde viveram nove dias, e de passar uma noite nos dois andares ociosos da Secretaria Estadual de Fazenda, na Rua Regente Feijó, 7, na quarta-feira, 31, já estavam sob ameaça de despejo judicial do prédio abandonado do INSS, na Rua Alcindo Guanabara, 20, que ocuparam no dia 27 de outubro.

A juíza da 14ª Vara Federal, Claudia Neiva, foi quem concedeu a liminar ao INSS de reintegração de posse. O mais surpreendente é que a magistrada, em citação explícita, diz que o despejo estaria autorizado para ocorrer a qualquer hora do dia e da noite, inclusive no fim de semana e feriado. Fato incomum em outras liminares, visto que a legislação não permite despejos aos sábados e domingos e em horário noturno.

Negociação

A expectativa das lideranças do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e das entidades sindicais como o Sindicato dos Arquitetos, que apóiam as famílias do Centro de Resistência Manoel Congo, é que dessem resultado positivo as negociações entre o Ministério das Cidades e o da Previdência Social, com vistas à cessão do prédio do INSS para ser transformado em moradia de interesse social.

Vontade política

"Dados oficiais do próprio governo do Estado do Rio de Janeiro contabilizam o déficit habitacional na cidade em torno de 420 mil famílias. Outro levantamento do próprio estado informa que, no município, existem 478 mil unidades vazias ou subutilizadas, entre prédios públicos e privados", revelou o presidente do Sindicato dos Arquitetos e coordenador do SINTUFRJ, Jeferson Salazar. Segundo o dirigente, existem instrumentos legais que permitem às autoridades readequarem esses espaços ociosos e transformá-los em habitações de interesse social. "Só falta vontade política para isso", acrescentou.

No âmbito do município, explicou Jeferson, a lei orgânica e o plano diretor da cidade de 1992 já prevêem instrumentos legais de combate à especulação imobiliária.

PEREGRINAÇÃO. Famílias da Ocupação Manoel Congo continuam sem paradeiro. Na semana passada, depois de ocuparem um prédio desocupado do INSS, uma juíza rapidamente concedeu liminar com reintegração de posse do imóvel à autarquia. Retrato do Brasil

★ 1961 - 2007 †

Parada cardíaca tira a vida de Paulão

Ele estava internado há 15 dias no Hospital Universitário. Sepultamento foi na sexta-feira

Morreu na manhã de quinta-feira, 1º de novembro, o companheiro José Paulo de Oliveira, vítima de parada cardíaca, no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Paulão, como era conhecido "nacionalmente" (assim ele brincava com os amigos), tinha forte atuação no movimento dos técnicos-administrativos da UFRJ.

Paulão fora internado há 15 dias para tratamento de tuberculose. Ele tinha 46 anos e deixa esposa e cinco filhos. O sepultamento foi na sexta-feira, 2 de novembro, coincidentemente no Dia dos Mortos, no Cemitério do Murundu, em Padre Miguel. Paulão era motorista da Divisão de Transportes e funcionário da UFRJ há 20 anos.

Militante ativo

Um dos fundadores da Tribo, ele tinha forte atuação no movimento dos técnicos-administrativos. Começou sua militância em 1987 e era conhecido pela participação constante nas lutas, manifestações e greves da categoria.

Estava sempre presente também nos fóruns da Fasubra. Inúmeras vezes foi eleito representante dos funcionários da UFRJ às plenárias e congressos. Era delegado sindical de base, participou do GT-Saúde do SINTUFRJ e era membro do GT de Políticas Sociais e Anti-Racistas. Participava também do GT Nacional de Políticas Sociais da Fasubra. Recentemente se dedicava à realização de um encontro nacional para discussão da questão racial na UFRJ.

Trabalhou como motorista na Divisão de Transportes mas esteve também em outros setores da UFRJ. Retornou à Garagem em março de 2006. Segundo o chefe operacional da Divisão, Pedro Augusto, que conta ter ingressado na UFRJ quase na mesma época de Paulão, seu colega gostava de ajudar a base e profissionalmente era muito prestativo. Ele transportava os estudantes para trabalhos acadêmicos, eventos e viagens.

Adeus ao companheiro

"Companheiro Paulão: sua luta pelo fortalecimento do transporte, pela valorização do profissional do volante, pelo fortalecimento do movimento negro, SINTUFRJ, FASUBRA e CUT não será em vã. Recebemos esta bandeira e caminharemos juntos até a vitória. Tenho certeza que a sua presença seria mais forte nesta luta e ela deixará saudade em todos aqueles que peão no trabalho como você é Doutor na luta, na frente de batalha por um Brasil mais justo e fraterno.

Por fim Paulão, quero em nome de todos os que, igual a você, estão sempre na luta dizer um muito obrigado pela sua dedicação a esta batalha que é de todos e tenha certeza que continua. Sendo assim, quero dizer que aqui a luta continua e que um dia nos encontraremos novamente e estaremos juntos militando outra vez com a nossa guerreira Marlene. Vá com Deus meu irmão de luta!!!"

Francisco de Assis dos Santos, coordenador-geral do SINTUFRJ

Depoimentos

Denise Góes, coordenadora de Comunicação do SINTUFRJ

"Nós perdemos um grande militante e defensor do movimento negro. Paulão era um grande aliado na questão racial e, com sua partida, ficamos mais carentes de pessoas como ele. Um exemplo de militante completo, que pensava o movimento sindical com algo que envolvia raça e classe, que não dissociava estes elementos. Lamento essa perda precoce. Ele vai fazer falta. Recentemente, atuava junto comigo defendendo a realização do encontro nacional de militantes negros e negras na UFRJ. Era um dos idealizadores da proposta de trazer esse encontro para intensificar a discussão racial dentro da Universidade. Agora fica a lacuna de uma pessoa que brigava com afinco pela questão racial."

Jeferson Salazar, coordenador do Comunicação do SINTUFRJ

"Era um companheiro participativo, atuante nas várias frentes de luta da nossa categoria. Ele conseguia mobilizar seu setor, onde tinha liderança inquestionável. Tinha também inserção na Universidade. Era uma pessoa que defendia suas posições com cara e coragem. Tinha esse mérito de acreditar em algo e defender. A partir de um momento que se perde um companheiro de luta que assume posições e vai para a frente de luta, ele vai fazer falta. Mesmo que tivéssemos divergência, era um companheiro que merecia respeito pela sua combatividade e liderança."

Lênin Pires, ex-coordenador do SINTUFRJ

"Paulão era um tipo muito atuante. Estava na maioria das assembléias. Sem dúvida, tinha representatividade a partir de seu local de trabalho. Era uma das pessoas que mais utilizava o espaço de comunicação, falando de forma aberta e franca sobre os mais variados assuntos. Sua militância se exercitava de acordo a uma lógica e um conhecimento que é comum a determinados trabalhadores. Particularmente àqueles que detêm um conhecimento especializado, adquirido e administrado na prática cotidiana. Paulão irradiava alegria e era muito engraçado. Tinha energia e vontade de participar e leva com ele uma série de histórias sobre a categoria."

Ronaldo Lobão, ex-presidente da ASUFRJ

"Paulão era a cara do funcionário da UFRJ: brincalhão, preocupado com o todo da Universidade, mas sem perder a alegria de ser funcionário, coisa que hoje a gente não vê. Lembro do Paulão no movimento alegre, dirigindo o ônibus do Sindicato sem ser pago para isso, uma vinculação de um outro tempo, feliz de ser funcionário público. Nunca vi Paulão dizer "eu não ganho pra isso", que é um discurso que se vê proliferar quando alguém quer ficar de braço cruzado.

Paulão esteve na constituição do Movimento de Mobilização Independente (MMI), onde ele encontrou espaço em que podia falar o pensamento da base, dizer o que a Garagem pensava, onde a pluralidade podia se manifestar."

FORMAÇÃO

Curso sobre movimento sindical é esta semana

Nos dias 7, 8 e 9 de novembro será realizado o curso organizado pela Central para o SINTUFRJ que discutirá o processo de fragmentação, divisão e contradições que atinge o movimento sindical depois de 2002.

O público-alvo é composto de dirigentes da entidade, delegados sindicais e militantes da categoria. O horário do curso será das 9h às 18h, na subsede do Hospital Universitário, na Cidade Universitária.

Inscrições abertas na sede e subsedes do SINTUFRJ, das 9h às 17h, e no site do SINTUFRJ, até o dia 6 de novembro, esta terça-feira.

O curso será ministrado pelo historiador e professor da Faculdade de Educação da Uerj Helder Molina, educador sindical e assessor de formação da CUT-RJ e do Sindpd-RJ.

Além da fragmentação do movimento, constam da pauta pontos como origens, concepções e desenvolvimento da estrutura sindical; analisar a crise do sindicalismo brasileiro pós-1992 e a influência da ideologia neoliberal na concepção prática dos dirigentes; refletir criticamente à burocratização, pragmatismo e perda de identidade ideológica do movimento sindical e discutir o papel da formação política e ideológica como instrumento de superação da atual crise.